Número 38
Junho 2010
Trimestral
Gratuita

pretextos

Revista do Instituto da Segurança Social, I.P.



O Direito da Criança a Crescer em Família

Acolhimento Familiar
Da protecção da criança
à promoção da família

Prémio de Jornalismo
A Família na Comunicação Social

A Segurança Social ao Serviço do Cidadão



CARTA SOCIAL

Rede de Serviços e Equipamentos Sociais

Necessita de encontrar uma creche, um lar de idosos, um centro de actividades ocupacionais ou outra resposta social?

Para obter toda a informação consulte o site da Carta Social em **www.cartasocial.pt**.

Editorial

Edmundo Martinho
Presidente do Conselho Directivo
Instituto da Segurança Social, I.P.

Este número da Pretextos, além da variedade de temas que já caracterizam esta revista, traz-nos uma reflexão aprofundada sobre a criança e a família.

O conceito de família tem sofrido alterações, fruto da evolução das próprias sociedades. Podendo assumir diferentes configurações, não deixa, no entanto, de ser um dos principais pilares de suporte aos indivíduos. O recente estudo intitulado "Necessidades em Portugal. Tradição e tendências emergentes", que pode ser encontrado no livro *À Tona de Água*, da editora Tinta-da-china, revela que muito do bem-estar e felicidade sentidos pelos portugueses tem a sua origem nas redes de suporte familiar e de amizade.

Mas para a família cumprir a sua função de defender, de apoiar, de proteger, precisa também ela de ser cuidada.

Em sociedades como a nossa, em que as condições de partida são marcadas pela desigualdade, cabe ao Estado promover medidas de equilíbrio, proporcionando o acesso aos mesmos direitos, criando oportunidades para todos.

Não somos todos iguais, e a diferença é um elemento enriquecedor, mas a todos deve ser dado o direito de acesso a bens e serviços que assegurem qualidade de vida, a todos deve ser prestado apoio nas adversidades, a todos deve ser assegurado o mínimo de dignidade, criando desta forma uma sociedade coesa e justa.

Numa época em que a discussão sobre o Estado Social surge com uma intensidade há muitos anos não sentida, é importante relembrar a sua origem a nível europeu e a sua importância no que respeita a Portugal.

O Estado Social surge na Europa exactamente como um mecanismo de equilíbrio de forças, de promoção da coesão das sociedades, permitindo a sustentabilidade destas. Em Portugal, o significativo reforço e consolidação do Estado Social permitiu aos portugueses darem um salto de gigante. As condições de vida, o acesso a bens e serviço, o apoio prestado, tornaram possível o país em que hoje vivemos. Um país com educação para todos, com cuidados de saúde médicos para todos, com preocupações acrescidas com as camadas mais vulneráveis da população, com mecanismos sólidos de apoio.

É fundamental que continuemos neste caminho, não perdendo de vista a origem e motivos da criação do Estado Social, pois tal como a família, ele é um dos pilares em que a nossa sociedade se alicerça.

Ficha Técnica

Proprietário e Editor
Instituto da Segurança Social, I.P.
NIF: 505 305 500

Director
Edmundo Martinho

Coordenação
Ana Paula Martins
Maria João Quedas

Supervisão Técnica
Dina Moura

Secretariado
Isabel Ferreirinha
Natalina Luís

Conselho Editorial
Ana Isabel Carvalho, Ana Paula Revez, Arlindo Cardoso, Clemente Galvão, Inês Andrade, Leocádia Flores, Mateus Teixiera, Maria da Conceição Ferraz, Maria Fátima Andrade, Maria José Ferreira, Maria da Luz Claro, Mónica Baptista, Rita Cortes Castel-Branco, Susana Carmona, Tânia Fernandes, Teresa Bomba, Vanda Silva Nunes.

Colaboraram nesta edição
Alexandra César, Ana Costa, Cláudia Silva, Cristina Fangueiro, Equipa Técnica de Apoio ao AECPES 2010, Ester Martins, Inês Andrade, Isabel Freire, Isabel Maria Ribeiro Gomes, Jacqueline Barreto, Pedro Magalhães Pereira, Rita Cortes Castel Branco, Sandra Alves, Serviço Social da Câmara Municipal de Fafe, Sofia Oliveira, Susana Carmona.

Redacção e Assinatura
Rua Rosa Araújo, 43 • 1250-194 Lisboa
Tel:. 213 102 000 • Fax:. 213 102 090
E-mail:. m.joao.quedas@seg-social.pt

Data de Publicação
Junho de 2010

Periodicidade
Trimestral

Design e paginação
Futuro Publicidade

Impressão
SOGAPAL - Sociedade Gráfica da Paiã, S.A.
Av. dos Cavaleiros, 35-35A • Portela da Ajuda • 2795-626 Carnaxide

Tiragem
32 000 exemplares

Distribuição
Gratuita

Depósito Legal: 154679/2000

ISSN: 0874-9698

Revista disponível em **www.seg-social.pt**

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos autores.
É permitida a reprodução dos artigos publicados, para fins não comerciais, desde que indicada a fonte e informada a Revista.

Sumário

Editorial 1

Acolhimento Familiar
Da protecção da criança à promoção da família 3

O Direito da Criança a Crescer em Família 5

Os Referenciais da Qualidade no Sector Social 7

Prémio de Jornalismo
A Família na Comunicação Social 10

A Importância de Impor Limites 12

Retrato Estatístico das Doenças Profissionais em Portugal 13

Execução do PCAAC em 2009 14

A Segurança Social ao Serviço do Cidadão 15

Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social
Balanço das actividades do 2º trimestre 18

Seminário Os Direitos das Crianças
Promoção, Protecção e Participação 23

Democracia Participativa a Nível Local 24

Lançamento do livro
Acreditar no Futuro 25

Estafeta Nacional Pobreza e Exclusão: Eu Passo! 26

Ecos 28

Sites: Família 30

Bibliografia Temática:
Pobreza e Exclusão Social 31



Ana Costa
Isabel Freire
Pedro Magalhães Pereira
Equipa de Acolhimento Familiar
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
dadij@scml.pt

Acolhimento Familiar

Da protecção da criança à promoção da família

Em Portugal existem milhares de crianças em situação de especial desprotecção e vulnerabilidade que necessitam de apoio na promoção das condições adequadas ao seu crescimento. A vulnerabilidade das crianças é, quase sempre, espelho da vulnerabilidade da sua própria família, que muitas vezes passa por momentos de maior desorganização e fragilidade, condicionando a sua capacidade de cuidar das suas crianças.

Em algumas destas situações torna-se necessário acolher temporariamente a criança de forma a garantir, por um lado, a sua protecção e, por outro, o espaço necessário à estabilização da sua família natural. É neste contexto que o acolhimento familiar pode desempenhar um papel importante e fundamental na ajuda a crianças e respectivas famílias, criando-se uma rede de apoio na construção de uma sociedade mais solidária e justa através da mobilização da sociedade civil.

O acolhimento familiar é uma medida de promoção e protecção que tem como objectivo a integração da criança ou do jovem em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades, bem-estar e educação necessária ao seu desenvolvimento integral, nas situações em que a sua família natural não o possa fazer. Tem como pressuposto básico a previsibilidade do retorno da criança/jovem à sua família natural, aspecto fortemente associado à capacitação e co--responsabilização desta, entendendo-se, desta forma, como uma medida de carácter transitório e temporário que evita a quebra de laços com a família de origem e consequente ruptura familiar.

O sucesso desta medida implica a sensibilização da população para esta problemática e a motivação de indivíduos e famílias para a construção de comunidades socialmente mais solidárias e participativas.

O programa de intervenção da Direcção de Acolhimento e Desenvolvimento da Infância e Juventude da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa nesta matéria contempla cinco fases: 1) Sensibilização e captação/recrutamento de famílias de acolhimento; 2) Processo de selecção das famílias de acolhimento; 3) Formalização e preparação do acolhimento familiar; 4) Acompanhamento e supervisão do acolhimento familiar; e 5) Cessação do acolhimento familiar, enquadradas por uma filosofia de acção que assenta em quatro ideias-chave:

- Tempo útil da criança - direito da criança a crescer num enquadramento familiar estável e duradouro, devendo as medidas de colocação durar o estritamente necessário ao delineamento e concretização do seu projecto futuro;
- Co-responsabilização e capacitação da família natural - direito da família natural a ser apoiada na melhoria da sua capacidade parental, tendo em vista o retorno da criança ao seio desta;
- Trabalho de parceria - potenciação e dinamização da intervenção dos diferentes serviços, entidade e indivíduos, tendo em vista o desenvolvimento da criança e a capacitação da família natural e construção da sua rede de apoio social;
- Intervenção participada - definição clara de papéis e atribuições na intervenção realizada, procurando criar-se consensos e um relacionamento produtivo entre família de acolhimento, família natural, criança, equipa de enquadramento e parceiros.

Neste sentido, o acolhimento familiar é perspectivado como um enquadramento privilegiado de protecção à criança e promoção dos seus direitos, bem como de capacitação e co-responsabilização da sua família natural. Importa assinalar, todavia, que, não obstante as virtudes do sistema de acolhimento familiar, esta é uma resposta com indicações específicas e particulares, não podendo ser entendida como uma alternativa de resposta generalizada à institucionalização (Casas, 1994). □

Bibliografia

Amorós, P., & Palacios, J. (2004). *Acogimiento Familiar*. Madrid: Alianza.

Casas, F. (1994). Spain: recent major changes in the child protection system. In M. Gottesman (Ed.). *Recent changes and new trends in extrafamilial child care: an international perspective* (pp. 141-148). Londres: Whiting e Birch, Ltd.

Decreto-Lei nº 11/2008, de 17 de Janeiro, Diário da República, 1ª Série, 12, 552.

Lei nº 147/99, de 1 de Setembro, Diário da República - 1ª Série-A, 204, 6115. (Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo)



Isabel Maria Ribeiro Gomes
Unidade de Infância e Juventude
Departamento de Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.
isabel.s.gomes@seg-social.pt



O Direito da Criança a Crescer em Família

A intervenção com as famílias de crianças e jovens em risco assenta nos princípios fundamentais preconizados pela Lei nº 147/99, de 1 de Setembro, que pretende salvaguardar os direitos das crianças e dos jovens, cujos pais ou responsáveis comprometam a sua saúde, o seu desenvolvimento e educação, ou não sejam capazes de os proteger face aos perigos colocados por terceiros.

Na sociedade actual, não podemos falar de Família como um conceito único, pois todos os dias nos deparamos com novas formas de família: famílias tradicionais, famílias monoparentais, famílias homoparentais, etc.

É com toda esta diversidade de famílias que temos de trabalhar, pelo que grandes desafios se colocam no nosso dia-a-dia.

A sociedade espera que a família tenha as competências necessárias de forma a promover a protecção dos seus elementos, assim como a sua integração social, e que assegure a continuidade através da preservação da sua identidade, mantendo a sua homeostase.

Tem-se como expectável que a família possa gerir uma rede de afectos entre os seus elementos, proporcionando-lhes segurança, protecção, capacidade para confiar em si e no outro, estabilidade e aceitação de cada um dos elementos, com as suas características e especificidades, e, ainda, que garanta a continuidade das relações, transmita regras e limites, valores e princípios que vão influenciar o indivíduo na construção da sua identidade pessoal.

Ser pai ou mãe implica ter um projecto educativo para os filhos, projecto que começa antes do nascimento e vai pelo menos até à maioridade, levando a que haja um forte envolvimento pessoal e emocional, onde cada um desempenha diferentes tarefas e papéis.

A família, para além das necessidades básicas tais como alimentação, saúde, higiene, deverá proporcionar aos seus elementos um ambiente afectivo e securizante, promovendo oportunidades para que a criança possa vivenciar experiências diversificadas que lhe permitam a aquisição e o desenvolvimento de competências pessoais e sociais. É fundamental que lhe proporcione igualmente um bom clima de integração social, com regras e limites bem definidos e estruturantes, criando-lhe assim condições para que se torne um adulto autónomo, íntegro e integrado. É através da conjugação de todas estas dimensões que a família consegue promover um ambiente familiar estimulante e seguro.

A relação de qualidade, ou seja, a vinculação que a criança desenvolve com os pais, ou, na ausência destes, com o adulto cuidador, constituiu-se igualmente como factor fundamental para que a criança possa ter um desenvolvimento saudável e equilibrado.

As relações afectivas que o indivíduo desenvolve, em particular com as figuras de vinculação, permitem responder às necessidades de segurança, influenciam a acção do indivíduo e a construção de modelos de funcionamento interno, ou seja, as representações e expectativas sobre o próprio e sobre o mundo.

Os contextos familiares são determinantes no desenvolvimento biopsicosocial das crianças, pelo que é necessário trabalhar-se com as famílias enquanto sistema e, portanto, em toda a sua dimensão.

As famílias, com alguma frequência, são sujeitas a situações de stress, levando a que se gerem crises familiares. Estamos a falar de um divórcio, de desemprego, da morte de um dos seus elementos, etc. Perante uma crise familiar todos os elementos vão acabar por ser afectados e cada um, naturalmente, vai reagir

de forma diferente. Se algumas famílias têm recursos internos que lhes permitem lidar com essas situações, outras há, menos habilitadas, que precisam de ajuda do exterior para conseguirem ultrapassar a crise que estão a vivenciar.

Estes acontecimentos stressantes dão muitas vezes origem a situações muito conflituosas e desestruturantes, e todo o contexto se torna desfavorável para proporcionar um desenvolvimento saudável às crianças que integram a família. Estas apresentam, pelas suas características, maiores riscos de vulnerabilidade, e as suas potencialidades para atingirem um bom desenvolvimento podem ser comprometidas por factores intrínsecos ao meio familiar. Apresentam, muitas vezes, dificuldades ao nível do auto-conhecimento e das competências sócio-afectivas, com dificuldades no autocontrolo e baixa resistência à frustração. As baixas competências sócio-afectivas, entre outros factores, têm impacto na integração social das crianças, nomeadamente ao nível das aprendizagens escolares e relações com os pares.

A decisão da intervenção nas famílias com crianças em risco tem de ser rápida; tem de assentar na capacidade de leitura dos sinais de risco, perigo e maus tratos, negligência e abuso.

Deste modo, constitui-se como fundamental promover uma comunicação eficaz entre as diferentes entidades envolvidas, ou a envolver no processo, para que se efectue um diagnóstico célere da situação, já conducente a um plano de intervenção. Para a construção do mesmo, considera-se como fundamental a participação activa da família, assim como a manifestação do seu desejo e disponibilidade para alterar comportamentos e atitudes que, de alguma forma, foram promotores da situação de risco em que a criança se encontra.

É imprescindível levar a família a identificar as suas próprias necessidades, ajudando-a também a identificar recursos na comunidade que a possam apoiar a colmatar as mesmas. Assim, num primeiro momento, há que identificar os factores de risco e os factores protectores, e trabalhá-los com a família e com a criança, tendo sempre em consideração o contexto envolvente.

A permanência das crianças junto das suas famílias implica que os técnicos intervenham atempadamente e de uma forma preventiva, a fim de evitar que sejam retiradas do seu ambiente natural e, consequentemente, expostas a soluções alternativas que lhes são estranhas, nomeadamente a institucionalização. Por outro lado há que fazer o prognóstico para se perceber se existe nos pais um real desejo de mudança e vontade para alterar os comportamentos e atitudes que os levem a garantir o bem-estar da criança.

Fazer a análise da situação utilizando como instrumento base o modelo de avaliação das necessidades das crianças e das suas famílias, leva-nos a identificar, com relativa facilidade, por um lado, se as necessidades das crianças estão a ser satisfeitas, ou seja, conduz-nos a um olhar atento sobre a sua saúde, educação, desenvolvimento emocional e físico, relação que desenvolve com os familiares e, por outro lado, permite-nos também perceber a competência dos adultos cuidadores para satisfazerem adequadamente essas necessidades, através do modo de prestação dos cuidados básicos, garantia de segurança, regras e limites, estabilidade, etc.

Acresce ao que antecede a importância e influência que os factores ambientais vão ter, quer na potenciação das capacidades dos pais, quer no desenvolvimento da própria criança.

A avaliação da correlação destes três domínios (necessidades de desenvolvimento da criança, capacidades parentais e factores ambientais) traduz-se num diagnóstico aprofundado do sistema familiar e paralelamente permite a identificação de factores internos e externos à família que influenciam a ocorrência da situação risco/perigo para a criança.

A elaboração de um plano de intervenção, com e para a sua família, deve iniciar-se identificando e definindo todos os objectivos específicos, bem como as estratégias para os alcançar, o que implica, necessariamente, o elencar de acções a desenvolver, assim como o partilhar responsabilidades para se proceder à execução do plano, sendo fundamental que, periodicamente, o mesmo seja submetido a uma avaliação por todas as partes envolvidas.

Em muitos casos, para se alcançar o objectivo final, é necessário proporcionar às famílias programas de desenvolvimento de competências parentais, não só para que estas tomem consciência das necessidades apresentadas pelas suas crianças, mas também para que aprendam a lidar com elas, pois ser pai e mãe implica um permanente processo de aprendizagem.

Estes programas visam promover uma maior autonomização nas famílias, ensinando-as a manter rotinas no lar, gerir prioridades e recursos e procurar os apoios necessários junto dos serviços da comunidade.

A equipa técnica, além do trabalho que desenvolve no domicílio da família, tem de fazer um trabalho em parceria com a escola, o centro de saúde, e outras entidades envolvidas, assim como o respectivo acompanhamento próximo à família e à criança.

Assim, cabe aos profissionais ajudar a família a superar os momentos de crise, identificando conjuntamente as alterações que vai ser necessário realizar para que a criança aí se mantenha.

A prevalência da família é inquestionável e a responsabilidade parental é determinante, desde que plenamente assumida. A monitorização e o acompanhamento das famílias sinalizadas na promoção do exercício das responsabilidades parentais, na recuperação das fragilidades, na aquisição de competências, no exercício de uma cultura de cidadania são requisitos fundamentais para o afastamento da situação de risco em que a criança, ou o jovem, se possa encontrar.

Todas as crianças têm direito a viver numa família que lhes proporcione uma situação de estabilidade, afecto e compreensão, promotora de um bom e adequado desenvolvimento, pelo que esse é o nosso objectivo final, quando trabalhamos com crianças em risco e as respectivas famílias.

Não obstante todas as mudanças que se têm verificado na sua estrutura e papel, a família continua a ser o meio privilegiado e a célula de excelência para o processo de desenvolvimento pessoal e social do indivíduo. A família é, e nunca será demais reforçá-lo, o lugar de excelência onde toda a criança deve, por direito e de forma natural, crescer e desenvolver-se, ser amada e protegida. Como diz Meltzer, a família serve para gerar o amor, promover a esperança, conter a tristeza, e pensar. □



Cristina Fangueiro
Sandra Alves
Departamento de Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.
cristina.fangueiro@seg-social.pt
sandra.n.alves@seg-social.pt

Os Referenciais da Qualidade no Sector Social

"Temos duas gémeas de 5 anos. Ambas têm alguns problemas de aprendizagem, moderados. A Joana tem autismo. Estamos completamente baralhados com todos os diferentes profissionais e instituições com quem temos que lidar. Com alguns deles lidamos quase diariamente: o clínico geral, a enfermeira de aconselhamento, o terapeuta da fala, o terapeuta ocupacional, o pedopsiquiatra, o psicólogo, a professora, a assistente social, o oftalmologista - e isto só para mencionar alguns... Sentimo-nos tão confusos às vezes! Não conseguimos entender os diferentes papéis de cada uma destas pessoas e temos tantos compromissos com todos eles, em sítios diferentes da cidade, que estamos à beira do colapso.
Os nossos dias são uma verdadeira correria e neste momento pouco espaço fica para olhar para o mais importante: para as nossas filhas e para nós enquanto família. Poderá alguém ou algum sistema resolver isto?"

O que determina a qualidade de um serviço?

A eficácia dos seus profissionais na resolução do problema? A rapidez com que são accionados os recursos necessários? O elevado grau de especialização dos seus técnicos? Cada profissional dentro do serviço saber identificar claramente as suas funções e competências? A simpatia e tratamento individualizado? Saber sinalizar a situação em tempo útil? Boas instalações e equipamentos? Equipas com recursos em número suficiente? Formação regular do pessoal? Identificar os constrangimentos dos outros serviços responsáveis?

Todas as questões enumeradas merecem um SIM. No entanto, nenhum serviço consegue obter a qualidade desejada se a esta eficácia interna não se juntar a coerência externa: ou seja, a capacidade de integração deste serviço num todo de respostas e serviços ajustados à especificidade e/ou gravidade de cada situação.

Então, quando falamos em modelos integrados de intervenção e de resposta às pessoas e às famílias falamos de quê?

Falamos de um modelo que não é apenas um conjunto de organizações com actuações justapostas, que necessitam de trabalhar juntas, mas um conjunto organizado de diferentes

pessoas, profissionais, serviços e edifícios que têm utilizadores e beneficiários como preocupação comum e proporcionam uma variedade de serviços em vários contextos (em casa, na escola, na comunidade) e que vão garantir os cuidados certos, no local certo e na altura certa.

Como atingimos este estado?

Vários pressupostos básicos devem ser considerados quando falamos em qualidade nos serviços sociais:

1) Acessibilidade: as pessoas devem saber como contactar os serviços e devem ser capazes de lhes aceder. O acesso não deve representar, por isso, um emaranhado que arraste os seus destinatários de um lado para o outro, sem que entendam qual o caminho que estão a tomar. Nem deve aparecer às famílias como algo confuso onde circulem às cegas e totalmente entregues à "boa-vontade" dos profissionais.
   A este nível, temos apostado na qualificação das nossas "portas de entrada": os 340 serviços de atendimento /acompanhamento, com mais de 120.040 atendimentos em 2009. É geralmente através destes serviços que os indivíduos tomam pela primeira vez contacto com o sistema, devendo a sua actuação primar pela disponibilização de informação útil e utilizável. São a primeira "cara" para quem procura apoio na resolução de um problema e a sua qualidade determina o sucesso futuro da relação e os efeitos da intervenção que entretanto for desenvolvida.

2) Sustentabilidade: uma abordagem holística das comunidades, das famílias e dos problemas que as fazem recorrer aos serviços, garante que esses mesmos problemas sejam "multi--entendidos" e tenham uma resolução mais abrangente e coerente. Minimizam-se, desta forma, as reincidências/reentradas no sistema de protecção por problemas parcialmente ou aparentemente resolvidos.
   Aqui a aposta tem sido sobretudo na qualificação dos territórios, dotando-os de recursos e competências para a resolução mais abrangente e coerente das problemáticas sociais. Destaca-se a experiência da Rede Social - fórum de articulação e congregação de esforços baseado na adesão por parte das autarquias e de entidades públicas ou privadas com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e à promoção do desenvolvimento social. Também o PROGRIDE - Programa para a Inclusão e Desenvolvimento, que deu seguimento à grande experiência dos programas de luta contra a pobreza, visa apoiar o desenvolvimento de projectos que combatam fenómenos graves de exclusão, em territórios identificados como prioritários e projectos direccionados para a promoção da inclusão e da melhoria das condições de vida de grupos específicos.

3) Participação: a participação das pessoas e das famílias nos processos de decisão da sua própria situação e no design, acompanhamento e avaliação dos serviços de que beneficiam. Nenhuma família pode deixar de participar por se sentir em situação de inferioridade em relação aos profissionais com quem interage, nem por sentir receio de ser prejudicada pela sua opinião ou ponto de vista. A participação é uma oportunidade de crescimento e melhoria e de aproximação dos serviços às necessidades reais das pessoas.

4) Formação e supervisão: a intervenção de qualidade é sustentada em planos de formação bem delineados e com incidência directa nas temáticas de actuação. Deve permitir avaliar efeitos e medir impactos dessa mesma formação na qualificação nos profissionais, o que geralmente se assegura através da supervisão, que torna os profissionais mais críticos acerca da sua própria actuação e da actuação dos serviços a que pertencem.
   Destaca-se aqui o Plano DOM - Desafios, Oportunidades e Mudança, que pressupõe a celebração de Protocolos com Instituições Particulares de Solidariedade Social, com resposta de lar de infância e juventude, visando directamente a qualificação da intervenção desenvolvida e a melhoria contínua da promoção de direitos e protecção das crianças e jovens acolhidas. Para além do reforço das equipas técnicas dos lares, adequando-as ao número das crianças acolhidas, o Plano DOM tem assegurado a qualificação dos profissionais através da formação e supervisão das equipas técnicas e educativas, tendo concretizado até ao momento 1.268 horas de formação a todos os profissionais de 147 instituições, e financiado 53 supervisores no terreno.

5) Coordenação: a coordenação dos vários serviços disponíveis é fundamental, tanto a nível nacional, como regional ou local. Uma intervenção descoordenada produz resultados limitados, arrasta-se indefinidamente no tempo, é onerosa e envolve mais recursos e profissionais do que é necessário. Tantos profissionais que a personalização / individualização dos serviços é muito dificultada: uma família, várias caras. É quase impossível avaliar uma intervenção descoordenada, pois os seus efeitos pulverizam-se noutros serviços, por onde as pessoas e famílias transitam.
   Esta é a área em que muito ainda há a fazer. Este caminho ainda por percorrer revela que os recursos existem e funcionam no terreno. Revela que as intervenções especializadas, claramente necessárias, foram sendo criadas.
   Mas revela também que muitas famílias continuam a ter de correr de serviço para serviço, muitas vezes sem que ninguém clarifique quais os verdadeiros benefícios. Revela que muitas famílias, durante o percurso de intervenção, contactam com 3, 4 ou 5 profissionais, com intervenções por vezes sobrepostas e avulsas.

Mas como qualquer obra-prima, esta qualificação e aprimoramento nunca se dão por terminados. Assim,

Onde queremos estar?

São várias as ambições. A ambição de que um dia os nossos serviços e recursos consigam responder precocemente, antes do risco e da vulnerabilidade social se instalarem.

A ambição de ter serviços acessíveis, com proximidade aos recursos e problemas familiares. Serviços esses perfeitamente articulados

- a nível nacional, regional e local - onde cada apoio possa ser adaptado em função das necessidades específicas de cada família. Serviços onde o princípio de actuação de todos os profissionais seja a garantia do respeito e dignificação dos indivíduos e das famílias que acompanham.

Onde seja garantido que essas mesmas famílias e indivíduos participem activamente tanto no sentido da melhoria da qualidade dos serviços, como no processo de decisão da sua situação individual. Onde haja garantia de prestação de serviços personalizados e de cuidados individualizados, à medida do perfil e dos problemas de cada família.

Para que estas ambições se tornem cada vez mais uma realidade, vários passos temos de assumir:

Um passo no sentido da prevenção

É urgente e prioritária a definição de um modelo coerente de intervenção com as famílias que congregue uma intervenção sólida, consistente, que promova a sustentabilidade familiar e que traga para primeiro plano a actuação preventiva por vezes desinvestida pelas imposições das urgências do dia-a-dia, que nos exigem uma intervenção pontualmente reparadora.

Coerência, coesão e sustentabilidade com um olhar para o futuro

Um modelo coerente de intervenção deverá oferecer um serviço integrado às famílias, à medida das suas necessidades comuns e individuais de cada um dos seus membros. Um serviço que atempadamente identifique a intensidade e a especialidade a dirigir com base num diagnóstico consistente.

Um serviço que, mesmo disponibilizando vários serviços especializados, nunca deixe de ter um rosto para a família, nunca deixe de oferecer uma referência sólida e personalizada para quem merece estabilidade.

Tudo junto, ambições, ideias e projectos, deverá garantir que nenhuma família entenda os nossos serviços como um labirinto de respostas complexas, oferecidas por várias caras, que variam sempre que a sua própria situação de vida se altera.

Mais ainda, deverá garantir que as famílias e os indivíduos, com a ajuda do seu técnico de acompanhamento, consigam construir, de forma lúcida e consistente, o seu caminho para fora do labirinto em que muitas vezes as suas vidas se tornaram. □



Prémio de Jornalismo
A Família na Comunicação Social



Inês Andrade
Gabinete de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.ines.andrade@seg-social.pt

Decorreu no dia 18 de Maio, no Cinema S. Jorge, em Lisboa, a entrega do Prémio de Jornalismo "A Família Na Comunicação Social", relativo a 2009, que vai já na sua 5ª edição.

A organização deste Prémio é da responsabilidade do Instituto da Segurança Social (ISS), e teve como membros do júri Conceição Lino, Eugénio Alves e Fernanda Freitas, também moderadora da tertúlia "Famílias de hoje: falar de nós e com os outros", que antecedeu a cerimónia de entrega do Prémio.



O Presidente do Conselho Directivo do ISS, Edmundo Martinho, começou por abordar o tema "Políticas sociais de apoio às famílias: investir nas pessoas e nas comunidades", salientando a importância de se apostar na capacitação das famílias, que deverão ser entendidas como espaço de crescimento de cada um dos seus membros. "Podemos não ter condições para fazer muita coisa pelos pais, mas não temos nenhuma desculpa para não fazer muito pelas crianças", frisou Edmundo Martinho no decurso da sua intervenção.

A professora do Departamento de Antropologia do ISCTE e Coordenadora Científica do CRIA - Centro em Rede Investigação em Antropologia, Antónia Pedroso de Lima, abordou o tema "Do medo do fim da família ao receio da diversidade de formas e relações familiares", ressaltando a importância da comunicação social na divulgação destas novas e diferentes formas familiares, que nos levaram a repensar a família, cujo conceito foi sujeito a profundas alterações, nomeadamente no que diz respeito à modificação do valor da conjugalidade, transformador das práticas das famílias, bem como no que respeita à dessacralização do próprio conceito.

Após a tertúlia, muito dinâmica e participada, deu-se início à cerimónia de entrega do Prémio, que contou com a presença da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz, para a entrega das menções honrosas, atribuídas a Carla Rodrigues e Mafalda Gameiro.



Carla Rodrigues foi distinguida pela peça "Laços de Família", transmitida no Jornal da Noite da SIC, com imagem de Mário Cabrita e edição de imagem de João Nunes.

Esta peça aborda a temática da adopção e reforça a "Postura de quem aprende a fazer da adversidade pontos de partida para o sucesso", segundo as palavras de Idália Moniz, que salientou também a importância de se adoptar adolescentes e crianças com deficiência, de modo a dar oportunidade a estas crianças de poderem viver em família.



"A Menina da Pena", de Mafalda Gameiro, transmitida no programa "Em Reportagem", da RTP, foi também distinguida com menção honrosa nesta 5ª edição do Prémio. Esta peça conta com imagem de António Antunes e edição de imagem de Paulo Nunes e fala-nos da uma criança que vive na aldeia da Pena, distrito de Viseu, com apenas oito habitantes. Nesta situação de isolamento geográfico, Mariana lamenta não ter acesso à Internet, sem que isso a torne uma criança menos feliz e criativa, reinventando a cada momento as brincadeiras próprias da sua idade.



A Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, Maria Helena André, entregou o Prémio a Sofia Arêde, vencedora desta 5ª edição com a peça "Uma Vida Normal", transmitida no programa "Grande Reportagem SIC", com imagem de Jorge Pelicano e edição de imagem de Gonçalo Freitas, que aborda a questão da diferença, e que nos mostra a importância do apoio familiar em situações limite.

As crescentes oportunidades de inclusão social e o fazer, das fraquezas forças, foram aspectos que Maria Helena André salientou como fundamentais e como transversais às três peças distinguidas, que espelham histórias de vida em condições atípicas, mas todas elas histórias de sucesso.

Este Prémio, que tem na sua génese a preocupação de trazer para o conhecimento do grande público esta diversidade de famílias que as sociedades contemporâneas abarcam, verá ainda em 2010 os premiados da sua 6ª edição.□







A Importância de Impor Limites

Ester Martins
Unidade de Infância e Juventude
Departamento de Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.
ester.r.martins@seg-social.pt

Assistimos hoje em dia a um grande aumento de casos em que são os próprios filhos que agridem os pais ou os pais a assumirem que não são capazes de tomar conta dos mesmos. Esta não é uma realidade só de Portugal e não é um fenómeno de classes.

Se estivermos bem atentos, ouvimos falar constantemente nesta dificuldade em dizer "não" aos filhos, no leque de amigos, no local de trabalho, nas revistas, televisão, etc... É bem mais fácil comprar prendas, até porque desculpabiliza o sentimento de se estar pouco tempo com os filhos, do que ser-se persistente e impor-lhes regras.

Impor limites às crianças e jovens é uma maneira de lhes dizer que as amamos e que nos importamos com elas e simultaneamente estamos a cuidar da sua saúde mental. Sim, porque os limites ajudam as crianças a aprender o que é o auto controlo, a estabelecer os seus próprios limites, a saber o que podem fazer e o que não devem fazer, enfim, ajuda-as a ser equilibradas.

A ausência de limites é tanto ou mais desorganizador nos jovens do que o abuso excessivo de poder. A leitura que os filhos fazem desta demissão é de desistência por parte dos pais: "eu posso até fazer tudo que eles nunca se importam com nada". Sentem-se mal amados, o que lhes causa um sofrimento atroz, uma sensação de vazio interno.

Uns crescem e entregam-se a comportamentos de risco, colocando a sua vida em constante perigo, não aprendendo até onde podem ir e por isso não tendo limites para pararem, e nada do que se faz, tudo o que se faz, consegue preencher o vazio enorme em que cresceram.

Numa tentativa de encontrarem quem os ame e de se encontrarem a si próprios, vão-se entregando a comportamentos de risco, testam os limites entre a vida e a morte, limites que eles não conhecem.

Ao sistema de acolhimento institucional chegam muitos destes jovem, é preciso olhar para eles com outros olhos, é preciso saber cuidar deles, nomeadamente do seu sofrimento psicológico, é preciso saber gostar deles...

De quem não soube amá-los o suficientemente bem já eles tiveram muito!

Aqui também estamos longe de conseguir cumprir o nosso dever, estes jovens chegam cheios de revolta e a testar tudo e todos, a constatar, mais uma vez, que ninguém os ama... E lá os vamos chutando de lar para lar! "Desestabiliza tudo e todos", é o que se diz, "Já não o aguentamos mais!" E mais uma vez eles pensam: "Faça o que fizer ninguém gosta de mim!"

Vivem intensamente a vida, aceleram por caminhos cheios de pedras, entram por becos sem saída, como se não pudessem parar!

Parar rouba-lhes a sensação de liberdade, de não pertença a nenhum lugar nem a ninguém. Parar significa pensar, reflectir, constatar que podem criar raízes e que alguém os pode amar!

Mas parar, sem travões seguros, pode implicar ainda mais sofrimento, mais perdas, mais constatações...Intoleráveis, infernais de se voltarem a confirmar.

É neste contexto que entra o papel importantíssimo das instituições de acolhimento enquanto contendores de uma zanga que estes jovens têm em relação ao mundo que os rodeia, capazes de traduzir essa zanga numa outra expressão. Este trabalho só será possível de desenvolver com muita firmeza mas também com muitos afectos. É preciso gostar destes jovens, demonstrar-lhes afectos, ajudá-los neste percurso, incentivá-los a não desistir nem permitir que desistam, ser persistentes e sobretudo ser uma âncora forte e segura para eles.

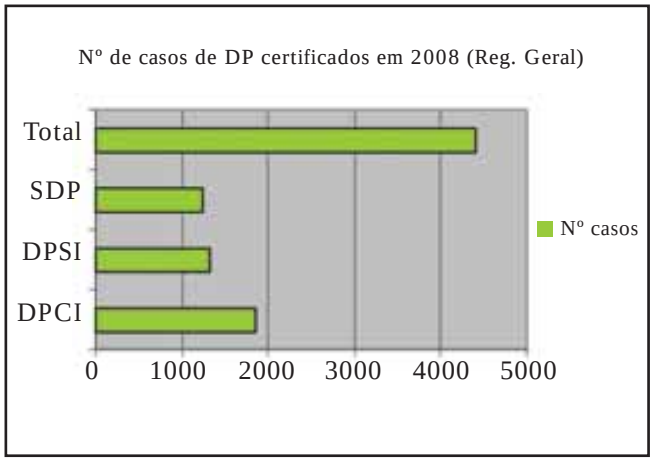
Segundo Patterson[1] o comportamento anti-social de início precoce não é um indicador de características ou disposições do indivíduo, mas reflecte falhas nos processos de aprendizagem social devidas, entre outros factores, a falta de aptidões educativas por parte dos pais.□

[1]Patterson, G., Reid, J., & Dishion, T (1992). *Antisocial boys: A social interactional approach* (Vol.4). Eugene, OR: Castalia Publishing.



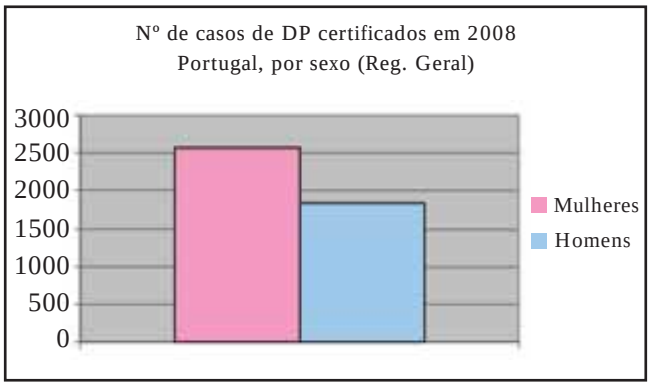
No ano de 2008, o Centro Nacional de Protecção Contra os Riscos Profissionais, do Instituto da Segurança Social (ISS), certificou um total de 4.841 novos casos de doença profissional dos quais 4.410 se referem a trabalhadores do Regime Geral e 431 a trabalhadores do Regime da Administração Pública. Registaram-se ainda 132 óbitos de beneficiários e pensionistas cuja causa da morte esteve relacionada com a doença profissional, produzindo assim os efeitos derivados previstos no respectivo quadro legal. O número de óbitos de pensionistas/beneficiários cuja causa da morte não teve qualquer relação com a doença profissional de que eram portadores foi de 477.

No que se refere à doença profissional certificada a trabalhadores do regime geral, verificou-se a seguinte distribuição por tipo de incapacidade:

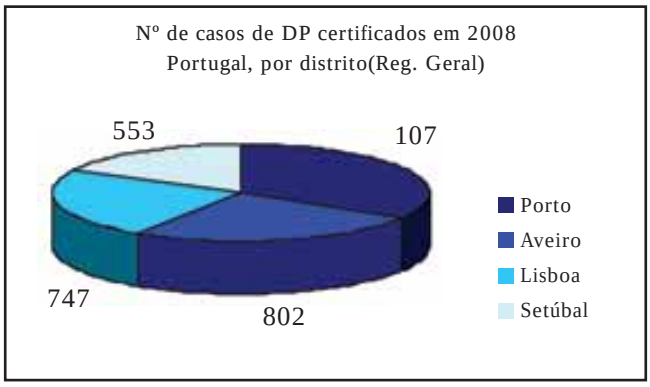


- 1.859 casos foram reconhecidos como doença profissional com incapacidade;
- 1.315 casos foram reconhecidos como doença profissional sem incapacidade;
- 1.236 casos foram avaliados como sem doença profissional.

O género feminino foi mais atingido pela doença profissional com 2.569 casos a contrastar com os 1.841 casos registados no género masculino.

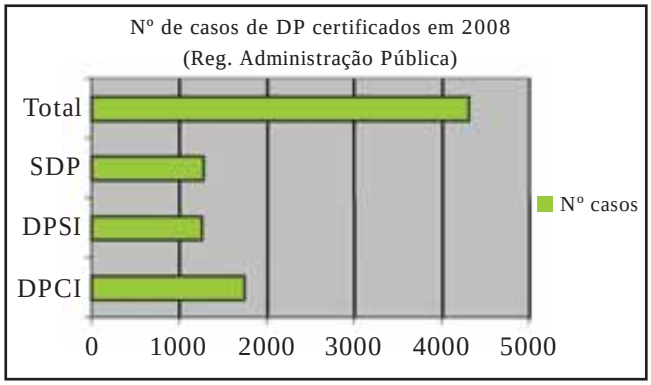


A distribuição geográfica das doenças profissionais apresenta incidência significativa, num total de 72%, em quatro distritos, a saber: Porto com 1.074 casos, Aveiro com 802 casos, Lisboa com 747 casos e, finalmente, Setúbal com 553 casos.



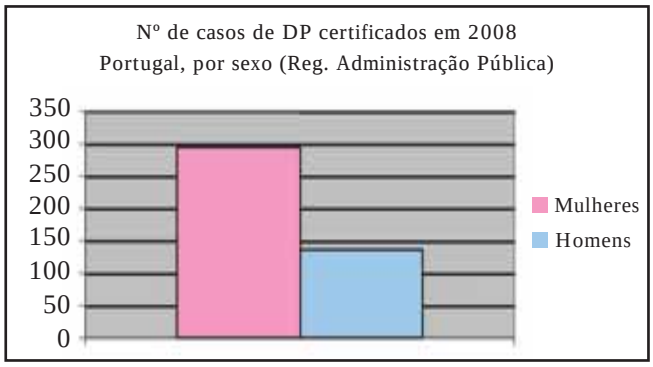
Em termos de manifestação clínica, as doenças com maior incidência são as doenças músculo-esqueléticas, que no seu conjunto representam 66% (2.925 doenças), seguidas dos casos de hipoacúsia (surdez) que representam 12% (572 casos) do total.

No que diz respeito à qualificação e graduação de casos de doença profissional em trabalhadores da Administração Pública salientam-se os seguintes pontos relativos às incapacidades:

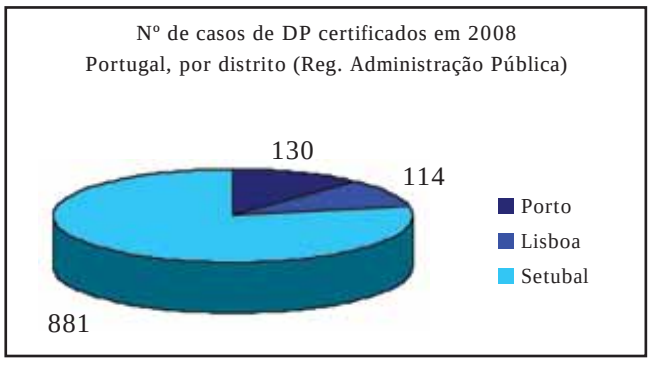


- 175 casos foram qualificados como doença profissional com incapacidade;
- 127 casos foram qualificados como doença profissional sem incapacidade;
- 129 casos foram qualificados como sendo sem doença profissional.

Verificaram-se mais casos de doença profissional entre o género feminino (294) do que no género masculino (137).



A distribuição geográfica apresenta maior incidência da doença profissional, com 75% do total, nos distritos do Porto (130 casos), Lisboa (114 casos) e Setúbal (881 casos).



Em termos de manifestação clínica as doenças mais comuns são as doenças músculo-esqueléticas que no seu conjunto representam 60% (262 doenças), seguidas dos casos de hipoacúsia (surdez) que representam 7% (32 casos) do total. □



Susana Carmona
Gabinete de Apoio a Programas
Unidade de Programas
Instituto da Segurança Social,I.P.
susana.i.guerra@seg-social.pt

Execução do PCAAC em 2009

À semelhança do que tem vindo a suceder desde 1987, Portugal executou em 2009 o Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC), programa este que se traduz no fornecimento de géneros alimentícios, provenientes das existências de intervenção, às pessoas mais necessitadas da União Europeia.

Em Portugal, para a execução do programa, foi celebrado um Protocolo entre o Instituto da Segurança Social (ISS), o Gabinete para os Assuntos Europeus e Relações Internacionais (GAERI), o Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas (IFADAP) / Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA), e a Direcção Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar (DGFCQA).

Ao actual Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) compete a Gestão do PCAAC, sendo do ISS a responsabilidade de execução do Plano de Distribuição dos Produtos.

Para o ano de 2009 foi atribuído a Portugal o valor global de 22.269.778,70, que correspondeu a:

a) Produto Açúcar (excedente) - 2.158 Toneladas
b) Dotação em Euros para a aquisição de produtos no mercado comunitário (produtos de intervenção definidos pela Comissão Europeia):
   - Cereais: €2.623.162,00
   - Arroz: €3.074.726,00
   - Leite em pó desnatado: €16.571.890,70

Assim, em 2009 foram distribuídos 21 tipos de produtos alimentares, que derivam dos produtos de intervenção: 3 tipos de leite, manteiga, 2 tipos de queijo, 3 tipos de sobremesas lácteas, 4 tipos de massas, 2 tipos de bolachas, farinha, papa de farinha láctea, arroz, cereal de pequeno-almoço, compota e açúcar.

Os produtos foram distribuídos a um total de 2.285 instituições, 99.435 famílias e 401.852 pessoas. □

Inês Andrade
Gabinete de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.ines.andrade@seg-social.pt



A Segurança Social ao Serviço do Cidadão

No dia 8 de Maio, comemorou-se mais um Dia Nacional da Segurança Social, este ano subordinado ao tema "A Segurança Social ao Serviço do Cidadão", tendo a celebração decorrido no Centro de Congressos do Europarque, em Santa Maria da Feira. Juntamente com a cerimónia oficial, foi projectado um filme e realizou-se uma exposição, com o mesmo tema, onde foram apresentados serviços e projectos de diversos organismos do Sistema da Segurança Social.

A exposição teve como objectivo mostrar serviços e projectos já implementados ou a implementar pelos vários organismos que contribuem, directa ou indirectamente, para a melhoria do relacionamento e a prestação de serviços aos cidadãos e empresas.

Na cerimónia foi apresentado o filme a "A Segurança Social ao Serviço do Cidadão", que aborda o modo como a Segurança Social tem acompanhado o desenvolvimento da sociedade do conhecimento, apostando em novos canais de atendimento e novos sistemas de informação, sempre com o objectivo de assegurar o direito de todos à Segurança Social, bem como responder com maior proximidade às necessidades dos cidadãos e das empresas.

O filme mostra-nos ainda as áreas em que a Segurança Social é pioneira na Administração Pública e o modo como irá continuar a orientar a sua acção no canal Internet com novos serviços transaccionais, e a desenvolver novos canais de relacionamento, inovadores e alternativos, para evitar que o cidadão utilize os serviços presenciais. Os serviços que hoje são oferecidos através da Internet serão também de futuro disponibilizados através das redes móveis.

É neste registo de modernidade e eficiência que a Segurança Social vai continuar a trabalhar, sempre com o objectivo de oferecer melhores serviços e responder às necessidades de todos os que a procuram.

O Secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques, fez a abertura da sessão, congratulando-se pela imagem de modernidade transmitida pelo filme, que apresenta projectos que demonstram vivamente o enorme contributo das tecnologias para a facilitação e agilização da relação dos cidadãos e empresas com a Segurança Social, e que contribuem para uma diminuição em grande escala dos atendimentos presenciais.



Pedro Marques salientou ainda a importância de "criar uma vez mais as bases para desenvolver um Sistema de Segurança Social sólido, capaz de proteger os que devem ser protegidos e capaz de novos impulsos de combate à pobreza e à exclusão social nos próximos anos".

Esteve presente na sessão o Chefe de Serviço de Assessoria da Secretaria-geral do Instituto Nacional da Segurança Social de Espanha, António Vicente, que apresentou o projecto "Cita Previa Telefónica", que aposta na integração dos canais de informação, tornando a relação dos cidadãos com a Segurança Social altamente eficiente.



Na sua intervenção, o Comissário Europeu para o Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão, Lázló Andor, felicitou a Segurança Social portuguesa pelas soluções inovadoras que tem vindo a implementar, ressalvando a importância da modernização dos sistemas de protecção social que têm vindo a ser desenvolvidos em toda a Europa.



O Secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques, e a Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz, entregaram os Diplomas de Mérito aos colaboradores da Segurança Social com 35 anos de serviço, diplomas estes que foram recebidos pelo Subdirector Geral da Segurança Social, Manuel Pinto, pelo Presidente do Conselho Directivo do Instituto de Gestão Financeira, José Gaspar, pelo Presidente do Conselho Directivo do Instituto de Informática, Manuel Pires, e pelo Presidente do Conselho Directivo do Instituto da Segurança Social, Edmundo Martinho, em representação dos colaboradores dos respectivos organismos.

A cerimónia contou ainda com a entrega de duas Medalhas de Honra da Segurança Social, que se destinam a galardoar individualidades nacionais ou estrangeiras que, pelas elevadas qualidades profissionais e de cumprimento do dever no âmbito do Sistema de Segurança Social Português, se tenham distinguido por valioso e excepcional contributo à causa da Segurança Social.

Coube a Fernando Maia, decano dos galardoados com esta Medalha, fazer a apresentação dos homenageados deste ano. A entrega dos galardões foi feita pela Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, Helena André.



Pela sua vasta intervenção na área social e detentora de uma longa carreira em diferentes áreas da Segurança Social, Maria Joaquina Ruas Madeira foi uma das distinguidas com a Medalha de Honra da Segurança Social. No seu discurso emocionado, a galardoada fez questão de partilhar esta distinção com todas as pessoas que com ela trabalharam ao longo da sua carreira, e entende-a como um estímulo para o que ainda terá de fazer enquanto cidadã consciente das suas obrigações de participação social e cívica.

O outro distinguido foi Adolfo Jiménez Fernández, que esteve envolvido nos principais processos de reforma levados a efeito na Segurança Social Espanhola. De salientar o importante papel que assumiu como impulsionador, negociador e redactor do Acordo sobre o futuro da Segurança Social, que ficou conhecido como Pacto de Toledo. Tem em mãos a tarefa de coordenação da Convenção Multilateral

Ibero-Americana de Segurança Social, que será decisiva para o relacionamento entre estes países, bem como a elaboração de uma carta de direitos de protecção social de todos os trabalhadores migrantes. O homenageado mostrou-se particularmente grato com esta distinção, pelo facto de vir de um país irmão, com quem tem vindo a colaborar há vários anos.





Helena André encerrou a cerimónia, ressalvando a importância da cooperação entre os vários organismos da Segurança Social para conseguir levar a cabo os projectos em curso. Afirmou ainda que "procuramos fazer sempre melhor, e que o nosso próximo passo será feito através da utilização de canais inovadores e alternativos, sempre com o objectivo de diminuir os tempos de deslocação e as perdas de tempo". O aumento da produtividade, da qualidade, proximidade e rapidez, é a verdadeira razão de ser dos Serviços Públicos, e é esse o caminho dos Serviços da Segurança Social, cada vez mais ao serviço do cidadão. □

Exposição Segurança Social ao Serviço do Cidadão









Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social

Balanço das actividades do 2º trimestre

Equipa Técnico de Apoio ao AECPES 2010
2010.combateapobreza@seg-social.pt

Neste artigo passaremos em "revista" as principais iniciativas desenvolvidas no âmbito do AECPES 2010, no segundo trimestre do ano.

Estafeta PIEC

Lançada no dia 13 de Abril, nos Paços do Concelho, na cidade de Lisboa, a Estafeta Nacional Pobreza e Exclusão: Eu Passo!, decorreu durante mais de 30 dias, percorrendo 1.800 km ao longo de todo o país, tendo mobilizado cerca de 70 mil pessoas, entre representantes de instituições públicas e privadas, autarcas, pais, professores, políticos, atletas olímpicos e cidadãos anónimos.



Esta Estafeta, dinamizada pelo Programa Para a Inclusão e Cidadania (PIEC) com o apoio do AECPES 2010, traduziu-se num movimento de reflexão, partilha e divulgação de respostas sociais e educativas no âmbito da infância e juventude.

Encontros Temáticos Distritais (Setúbal, Vila Real e Santarém)

Dando continuidade à organização pelos Centros Distritais dos Encontros Temáticos mensais, dirigidos à população em geral, e que visam promover o envolvimento e participação de todos, realizaram-se os encontros de:

Setúbal, 23 de Abril, Auditório José Afonso, subordinado ao tema "jovens@geração.futuro", com cerca de 350 participantes, jovens e menos jovens de todo o distrito;


Setúbal



Vila Real

Vila Real, 20 de Maio, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, subordinado ao tema "Direito a um Trabalho Digno", com a participação, como oradores, de altos dirigentes das centrais sindicais CGTP e UGT;

Santarém, 1 de Junho, Jardim das Portas do Sol, subordinado ao tema "Crescer com Oportunidades", com a participação de cerca de 100 adultos a assistir ao Encontro e cerca de 350 crianças que passaram pelas várias oficinas a elas dedicadas, e que tiveram ainda a oportunidade de ouvir e conviver com o Tim, dos Xutos e Pontapés.


Santarém

Apresentação pública do Projecto Cinema de Bairro

No dia 27 de Abril estreou-se no Teatro da Trindade o filme "Cinema de Bairro", realizado por jovens moradores de bairros sociais de Guimarães, Coimbra, Amadora, Beja e Olhão, com o enquadramento dos cineastas Rui Simões, Pedro Sena Nunes, João Pinto Nogueira, Leonor Areal e Marta Pessoa. Este filme retrata um olhar inocente, cúmplice e real sobre as histórias de um dia-a-dia desconhecido, vivenciadas por estes jovens.

Trata-se de um projecto desenvolvido pela Fundação INATEL com o apoio do AECPES.



Lançamento da parceria Grupo Auchan e AECPES

O Grupo Auchan, parceiro do AECPES, lançou publicamente esta parceria no dia 3 de Maio, no Centro Comercial Alegro, em Alfragide, com a presença do Coordenador do Ano Europeu, Edmundo Martinho, do Presidente do Grupo Auchan, Eduardo Igrejas, e dos Embaixadores do Ano Europeu em Portugal, Fernanda Freitas e Ricardo Pereira.



Esta associação ao Ano Europeu vai materializar-se na sua divulgação junto dos seus 130 mil clientes diários, em acções que envolvem os colaboradores e algumas áreas dos seus espaços comerciais, a saber:

- 62 milhões de sacos de compras com o logo do Ano;
- Impressão do logo e mensagem do Ano no verso dos recibos entregues aos clientes, num total de 158 mil rolos;
- Imagens de divulgação do Ano nos ecrãs dos pontos de venda e nas 350 placas expostas em Frente de Loja.
- Utilização, pelos 9 mil colaboradores do grupo, de um crachá com o logo e mensagem do Ano, como peça de divulgação permanente nas 31 lojas.

Lançamento de selos alusivos ao AECPES pelos CTT

No âmbito da responsabilidade social das organizações, os CTT associaram-se ao Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social, disponibilizando, desde o dia 11 de



Maio, selos/etiquetas autocolantes alusivos ao Ano Europeu nas máquinas dispensadoras de selo das estações de correio. Na peça filatélica figura o logótipo do AECPES.

Participação em eventos

Seminário "As Questões Sociais da Responsabilidade Social"

Na sequência do desafio lançado ao AECPES pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE) para co-organizar um Seminário sobre as "As Questões Sociais da Responsabilidade Social", na 5ª Edição da Semana da Responsabilidade Social, que teve lugar na Fundação Cidade de Lisboa, no dia 4 de Maio, convidámos alguns dos nossos parceiros do Ano, a saber, o Grupo Auchan, o Montepio e os CTT, a partilhar as suas reconhecidas experiências e práticas de Responsabilidade Social. Também o Instituto da Segurança Social (ISS) pode partilhar o trabalho que vem fazendo neste domínio. Com esta co-organização julgamos ter contribuído também para os objectivos desta temática que visa humanizar a economia, contribuindo para o bem-estar de todos.

Conferência Internacional Sobre a Responsabilidade Social das Empresas

Numa iniciativa da representação da Comissão Europeia em Portugal, no âmbito do Ano Europeu, em parceria com a Associação Industrial Portuguesa, a Comissão Para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, o Instituto de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa e a Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, realizou-se no dia 28 de Maio a Conferência Internacional sobre Responsabilidade Social das Empresas (RSE). Esta Conferência, que envolveu cerca de 200 participantes, teve como objectivo estimular o debate sobre a RSE, baseado em casos de boas práticas nacionais e internacionais.

As conclusões dos debates foram remetidas à Comissão Europeia para que sejam tomadas em conta nos trabalhos preparatórios da Comunicação que a Comissão está a elaborar sobre o tema da RSE em 2011.

Seminário "Direito a Um Trabalho Digno"

No âmbito das actividades nacionais desenvolvidas ao abrigo do Ano Europeu, o ISS, numa organização conjunta com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) de Lisboa, realizou nos dias 17 e 18 de Maio o Seminário "Emprego - Direito a Um Trabalho Digno", no Auditório do Montepio Geral em Lisboa. Este Seminário contou com a intervenção da Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, Helena André, e teve como objectivo geral discutir o tema do Emprego Digno, segundo uma perspectiva pluridisciplinar, promovendo a reflexão, o debate e a sensibilização da opinião pública para as questões da pobreza e da exclusão social.



Comemorações do Dia da Europa - Matosinhos

Com o tema "Sabe o Que a Europa Social Pode Fazer Por Si?" foi comemorado o Dia da Europa em Portugal, em Matosinhos, entre 7 e 9 de Maio, evento que contou com a organização conjunta da Representação em Portugal da Comissão Europeia, do Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu, da Presidência Espanhola do Conselho da União Europeia, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Câmara Municipal de Matosinhos e da Coordenação Nacional do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social.



Subordinado à temática da Europa Social, este evento centrou-se numa grande tenda, inspirada e ilustrada por imagens de circo, no âmbito do qual diversos organismos

e programas europeus apresentaram as suas acções no domínio educativo e social. Debates, stands e animações circenses tiveram lugar durante os três dias, assim como apresentações artísticas de escolas de diversos pontos do país, e de projectos europeus nas áreas artísticas, do desporto e da inclusão social.



Participação no Rock in Rio

Na sequência do protocolo de patrocínio do prémio Escola Solar, estabelecido entre o ISS e o Rock in Rio, que visa permitir a concretização de dois projectos desenvolvidos por escolas, e que reúnam a componente ambiental e social, foi cedido ao ISS um espaço de 25m2 durante o festival Rock in Rio. Neste espaço foi representado o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social.



No âmbito da parceria existente em regime *pró bono* com a agência de publicidade Ogilvy, foi concebido um stand que representa uma Barraca, pretendendo não deixar ninguém indiferente, uma vez que simboliza claramente uma situação de pobreza. Também a marca Cão Azul se associou a esta iniciativa e, igualmente em regime *pró bono*, criou uma *T-shirt* na qual, através de um código de barras bidimensional, foi possível descobrir formas de acção para combater a pobreza e a exclusão social.

A presença do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social no Rock in Rio pretendeu não deixar ninguém indiferente e, a avaliar pelas reacções registadas, esse objectivo foi alcançado. A "Barraca" fez com que fossem muitos os que paravam para simplesmente tirar uma fotografia, ou para deixar o seu contributo, escrevendo uma frase sobre como combater a pobreza.

Durante o Rock in Rio, foram escritas cerca de 1.200 mensagens. A adesão das crianças, no dia 29 de Maio, foi também um sucesso, com cerca de 200 mensagens escritas e colocadas no estendal.

Lançamento da brochura "Só somos crianças uma vez"

Com o objectivo de assinalar o Dia Mundial da Criança, no dia 1 de Junho foi lançada a brochura "Só somos crianças uma vez" que, através de pequeninas histórias, procura alertar para os direitos das crianças. Foi possível realizar esta iniciativa pelo apoio concedido pelos parceiros do Ano Europeu, Grupo Auchan e Montepio, que financiaram a edição da publicação garantindo, simultaneamente, a sua divulgação. Também o Jornal de Notícias, *media partner* do Ano Europeu, apoiou esta iniciativa através da distribuição como encarte na edição dessa data.



Copa de Futebol

Entre 20 e 26 de Junho de 2010 decorreu no Complexo Desportivo de Vila Real de Santo António a 3ª Edição da Copa Foot 21, iniciativa que contou com a participação de 120 equipas, com cerca de 1.800 jovens atletas portugueses, dos 6 aos 12 anos. Este evento desportivo, que registou na última edição cerca de 40.000 participantes, reuniu ao longo da semana uma elevada concentração de jovens talentos nacionais, que nas suas escolas ou clubes de formação praticam assiduamente o seu desporto favorito: o Futebol.

O Ano Europeu participou no Copa Foot 21 através da divulgação de informação sobre os direitos das crianças, em parceria com a Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, marcando a sua presença no evento através de um stand informativo.

Comboio dos Direitos das Crianças

No dia 16, integrado nas acções do mês de Junho que o Ano Europeu dedica à temática das crianças sob o lema "Crescer Com Oportunidades", cerca de 600 crianças de escolas do 1.º ciclo viajaram de comboio de vários pontos do país (Porto, Mangualde, Abrantes, Setúbal) até ao Parque das Nações, onde assistiram, no Auditório do Teatro Camões, a um espectáculo musical infantil do grupo Buscapólos. O evento contou com a colaboração empenhada do Teatro Camões, da CP - Comboios de Portugal e do Grupo Auchan, que distribuiu lanches por todos os participantes. O Grupo Auchan cedeu ainda as figuras da Rik e do Rok, junto de quem o cantor Filipe Gonçalves apresentou todo o espectáculo.



A Embaixadora do Ano Europeu, Sandra Barata Belo, marcou também presença no evento, tendo distribuído centenas de autógrafos pelas crianças. No final, posou para a fotografia com um grupo de alunos que actuou à saída do Teatro Camões com batuques feitos pelos próprios, entre as bolas de sabão que foram lançadas pelos Direitos das Crianças.

Encontro Temático CRC

Associando-se à celebração do Ano Europeu, o Centro de Recursos em Conhecimento do ISS promoveu, no dia 17 de Junho, o primeiro encontro subordinado ao tema "Crescer em Oportunidades" que contou com a participação da Presidente da UNICEF Portugal, Madalena Marçal Grilo, e da Coordenadora do Projecto de Rua, do Instituto de Apoio à Criança, Matilde Sirgado. Esse Encontro insere-se num Ciclo de Encontros a decorrer ao longo do Ano Europeu sob o lema "Pobreza é ficar indiferente! Juntos por uma sociedade para todos!"□



Mantenha-se actualizado sobre as iniciativas do Ano Europeu em www.2010combateapobreza.pt!

Se deseja receber a *newsletter on-line* solicite-a para: 2010combateapobreza.newsletter@seg-social.pt

Assinatura da
Revista Pretextos

Caro(a) Leitor(a)

Se pretende ser assinante da Revista Pretextos envie-nos o seu pedido para:

Redacção de Revista Pretextos
Rua Rosa Araújo, nº 43
1250-194 Lisboa
Fax:. 213 102 095
E-mail:. m.joao.quedas@seg-social.pt

Passará a recebê-la gratuitamente, na morada que nos indicar, já a partir do próximo número!

Boas Leituras!

Revista disponível para *download* em www.seg-social.pt

Inês Andrade
Gabinete de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.ines.andrade@seg-social.pt



Seminário Os Direitos das Crianças
Promoção, Protecção e Participação

Nos dias 15 e 16 de Abril realizou-se na cidade de Santarém, no âmbito da "Expo Criança 2010", o seminário "Os Direitos das Crianças: Promoção, Protecção e Participação", uma organização conjunta do Instituto da Segurança Social (ISS) - Centro Distrital de Santarém, Instituto Politécnico de Santarém, Câmara Municipal de Santarém e Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Santarém.

No ano em que se comemoram 20 anos da assinatura da Convenção dos Direitos da Criança, este seminário reuniu um conjunto de especialistas de diversas áreas relativas à infância, procurando cruzar reflexões de educadores, jornalistas, assistentes sociais, médicos e psicólogos, entre outros.

Para além de diversas conferências, realizaram-se também várias sessões *Think Tank*, que resultaram num conjunto de propostas concretas de acção, que serão aprofundadas e desenvolvidas no *Think Tank on-line*, criado especificamente para esta temática e cuja manutenção ficará a cargo do Instituto Politécnico de Santarém.

A Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz, esteve presente na sessão de abertura, congratulando-se com o sucesso da Expo Criança, que se realiza há já onze anos em Santarém, e cuja organização envolve um vasto número de parcerias. Segundo Idália Moniz, este evento "cumpre um dos desígnios da convenção dos direitos da criança, que é trabalhar para as crianças, mas com as crianças", tendo sempre em vista o compromisso de trabalhar com as famílias e de "continuar a investir no futuro das crianças".

Uma das ideias chave consolidada neste seminário é a de que é imprescindível reforçar os hábitos de participação, quer das crianças quer das famílias. Nesta linha de pensamento, é fundamental incrementar as relações entre escola, comunidade e família e, de acordo com as palavras do Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Santarém, Eliseu Raimundo, "a criança tem de se tornar mais visível na nossa sociedade", tem de se lhe dar oportunidades e espaço para o diálogo.
Foi neste sentido que este dirigente lançou o desafio: "Neste seminário, pelas crianças e jovens, vamos todos conversar", e, pelos inúmeros caminhos apontados ao longo das sessões, poder-se-á dizer que o desafio foi cumprido.□

Democracia Participativa a Nível Local

Jacqueline Barreto
Sector da Rede Social
Unidade de Qualificação de Famílias e Territórios
Departamento de Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.
jacqueline.barreto@seg-social.pt

Ao reflectirmos sobre alguns dos resultados alcançados (e por alcançar) com a implementação do Programa Rede Social, em geral, e das redes sociais locais, em particular, somos levados a pensar num conjunto de aspectos, de entre os quais costumam destacar-se o planeamento, as formas de diagnosticar e responder aos problemas sociais, os níveis de desenvolvimento do trabalho em parceria, os sistemas de comunicação e informação, etc. Desta forma, existe uma tendência recorrente, e naturalmente justificada, dos interventores para identificarem necessidades de formação nestes domínios.



No entanto, existe um factor que, apesar de discutido, é menos fácil de atingir através de modelos formativos tradicionais. Referimo-nos, exactamente, ao desenvolvimento das condições de exercício democrático e de ampliação da cidadania nos territórios, que o trabalho das redes pressupõe para se tornar efectivo.



Com efeito, esta é uma dimensão que questiona as nossas próprias atitudes enquanto cidadãos e elementos de um colectivo mais vasto, onde a distribuição de poderes e recursos gera posições desiguais e, como que inadvertidamente, determina a percepção de cada um sobre os valores e a justiça dos mecanismos de funcionamento das sociedades, as manifestações e as dinâmicas da exclusão.

Assim, dando continuidade ao propósito de promover oportunidades de formação e qualificação para os técnicos responsáveis pela dinamização e implementação do programa, dirigentes e outros parceiros, e em resposta à necessidade indicada anteriormente, realizou-se uma série de workshops inter distritais, sobre "Democracia Participativa a Nível Local - Plano B". As acções decorreram em Braga, Faro, Lisboa, Portalegre, Porto e Viseu, com a participação dos interlocutores e de alguns Conselhos Locais de Acção Social (CLAS) de todo o país.



O workshop foi facilitado por Jo Claeys (e outros colaboradores da empresa Team MAIS Portugal), um experiente formador na área da educação não formal, cuja actividade é especializada no domínio do *empowerment* de jovens e na promoção da cidadania activa.

Segundo a equipa, "a principal vantagem do Plano B é que, embora os sentimentos e as acções sejam reais e autênticos, tudo acontece numa realidade simulada e por isso apenas tem consequências de aprendizagem pessoal, de acordo com o processo de facilitação que decorre no *debriefing* emocional e com a competência individual de aprender".

A ênfase (e a diferença) está no significado que esta experiência pode ter para cada um e, a partir daí, no seu potencial para provocar mudanças

Durante a formação, os intervenientes podem expor e explorar interacções e atitudes entre vários grupos com a mesma missão, examinar o comportamento de cada um nos processos de tomada de decisão e as suas consequências na sociedade "virtual" criada - um espelho da nossa própria realidade. Por outro lado, descobrem oportunidades e limitações, quer ao nível da democracia participativa, quer no plano pessoal. Ao longo da análise do exercício de simulação são feitas ligações com reacções e acções reais.



Deste modo, como refere um dos participantes: «a formação ajudou-me a "calçar as sandálias dos outros" e a vestir um pouco da pele dos decisores e políticos. Deu para olhar para o "eu - técnico" e para vivenciar uma ínfima parte do que é ser "Chefe de uma tribo muito especial". Cada um, no seu papel de actor, desempenha o que lhe diz respeito a si, esquecendo-se, por vezes, dos outros. É muito bom ter estas oportunidades de formação / auto-reflexão que nos desafiam a agir "sem pensar" para depois se reflectir acerca disso mesmo. E, assim, crescemos...»



Ao tornar explícitos estes mecanismos, o formador adverte para passos concretos que podem ser dados no sentido da democracia participativa e para o papel de cada um de nós neste contexto. De uma maneira simples e divertida, relembra: "se você acha que um indivíduo não pode fazer a diferença na sociedade, experimente dormir com uma melga..." □



Lançamento do Livro Acreditar no Futuro

Unidade de Infância e Juventude
Departamento de Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.

Por que são as crianças separadas da sua família? O que significa crescer numa instituição? O que é um projecto de vida? É possível crescer institucionalizado com dignidade e amor e refazer, aí, os ingredientes da felicidade humana? Porque não são adoptadas mais crianças?

Realizou-se no passado dia 9 de Março, na FNAC Colombo, em Lisboa, a sessão de lançamento de *Acreditar no Futuro*, da Texto Editores, livro em que Isabel Gomes procura responder a estas e a outras questões. A obra, que foi apresentada por Maria José Nogueira Pinto, retrata a realidade das cerca de dez mil crianças e jovens institucionalizados em Portugal e apresenta um conjunto de boas práticas com vista à eficácia dos procedimentos nas instituições de acolhimento de crianças e jovens em risco.

Licenciada em Serviço Social, com MBA Executivo em Gestão de Equipamentos Sociais e Saúde e uma larga e frutífera experiência adquirida nas áreas da infância e juventude, Isabel Gomes integra presentemente a equipa central do Plano DOM - Desafios, Oportunidades e Mudanças, criado pelo Instituto da Segurança Social com o objectivo de promover a qualificação dos lares de infância e juventude a nível nacional.

Com prefácio de Maria José Nogueira Pinto, *Acreditar no Futuro* clarifica o grau de eficiência do sistema de protecção de crianças e jovens em risco, dá a conhecer as diferentes respostas sociais existentes em termos de acolhimento institucional, estabelece os princípios para um acolhimento de qualidade nas instituições, define o perfil e as competências essenciais dos profissionais de acolhimento residencial, e descreve o enquadramento legal e institucional subjacente ao processo de adopção em Portugal. □

Estafeta Nacional
Pobreza e Exclusão: Eu Passo!

Sofia Oliveira
Equipa de Comunicação e Imagem
PIEC - Programa para a Inclusão e Cidadania
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
sofia.c.oliveira@seg-social.pt

O PIEC - Programa para a Inclusão e Cidadania - promoveu no âmbito do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social (AECPES), a organização de uma Estafeta Nacional denominada ***Pobreza e Exclusão: Eu Passo!*** a qual mobilizou, para além dos cerca de 2.100 alunos das 142 turmas PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação, inúmeras entidades sociais de âmbito nacional, regional e local, juntando milhares de pessoas.



Durante os meses de Abril e de Maio, e de acordo com o desenrolar da Estafeta, foram desenvolvidas inúmeras iniciativas, locais e regionais, entre as quais destacamos dois Encontros Regionais sobre Inclusão Social de Crianças e Jovens, diversos concursos e acções que mobilizaram centenas de entidades públicas e privadas, bem como inúmeras figuras públicas e atletas que se associaram à iniciativa.

Ao longo de todo o trajecto, de norte a sul do País, a Estafeta contou com a participação de governadores civis, presidentes de câmaras municipais e juntas de freguesia, parceiros nacionais e locais, uma dezena de atletas olímpicos, bem como de representantes de grande parte das instituições ligadas à infância e juventude.

Objectivos

1. Dar visibilidade ao fenómeno da pobreza e da exclusão social como um problema que respeita a todos os cidadãos;
2. Estreitar a articulação já existente entre o PIEC e as instituições sociais que de algum modo trabalham em parceria;
3. Aproveitar a iniciativa para divulgar o PIEF enquanto medida de promoção da inclusão e cidadania dos jovens, dando visibilidade a outras respostas socioeducativas existentes a nível nacional, regional e local;
4. Incentivar a participação dos jovens em PIEF numa causa justa contribuindo, por um lado, para a sua reintegração social de um modo activo e, por outro, promovendo entre os alunos, e entre estes e as várias instituições públicas e privadas, conceitos solidários de cidadania;
5. Divulgar junto da sociedade civil e dos *media* o alargamento do âmbito de missão deste Programa governamental, bem como a sua importância e potencial.



Destinatários

Todas as instituições públicas, privadas e cooperativas, com responsabilidades no mercado social, especialmente vocacionadas para crianças e jovens, que apresentem políticas e respostas promotoras da inclusão e da cidadania, com enfoque nas questões educativas e formativas. Esta iniciativa foi, ainda, dirigida à sociedade civil em geral.

Parceiros

A Estafeta envolveu muitas entidades com responsabilidade na inclusão social de crianças e jovens, entre os quais destacamos: Ministério da Educação, Ministério da Administração Interna, Instituto Português da Juventude, Instituto da Droga e da Toxicodependência, Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, Autoridade

Nacional de Protecção Civil, Programa Escolhas, Autarquias, Governos Civis, Associação Nacional dos Municípios Portugueses, Estabelecimentos de Ensino Públicos, Privados e Cooperativos, Escola Prática de Polícia, Bombeiros, Agências de Desenvolvimento Local, Instituições de Solidariedade Social, Empresas Privadas, Associações Juvenis, e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Alentejo.



Percursos

Esta iniciativa percorreu um total de 1.800 km em 37 dias, durante o período de 13 de Abril a 21 de Maio, com início na Praça do Município, em Lisboa, e termo no Bairro da Boavista, também em Lisboa, cobrindo todo o país, de Norte a Sul, de Este a Oeste, do nível do mar ao lugar mais alto do continente.

O testemunho passou de mão em mão envolvendo alunos do PIEF, representantes das entidades já referidas, atletas olímpicos, e diversas figuras públicas e cidadãos anónimos que se quiseram associar a esta causa.

De Lisboa, para Almada, Setúbal, Alcácer do Sal, Lagos, Vila Real de Santo António, Beja, Évora, Castelo Branco, Fundão, Serra da Estrela, Torre. Seguiu-se Guarda, Guimarães, Porto, Aveiro, Coimbra, Abrantes, Santarém e Lisboa, terminando num dos bairros problemáticos da periferia de Lisboa, o Bairro da Boavista. O fim da Estafeta foi precedido de uma festa de encerramento na Amadora.

Actividades Paralelas

A Estafeta foi acompanhada por imensa e diversificada animação cultural, espaços de informação sobre as principais medidas para a inclusão social e escolar que podem ser encontradas em cada região, e uma mostra de painéis «Viver em PIEF - Exposição de Trabalhos».

O próprio testemunho da Estafeta consistia numa Carta de Princípios pela Inclusão e Cidadania dos Jovens, elaborada através dos contributos de inúmeros alunos do PIEF, numa iniciativa em forma de uma estafeta digital do tipo «escreve o que pensas e passa ao outro». Esta iniciativa terminou com a entrega da Carta de Princípios na Assembleia da República, a 22 de Julho, ao Presidente da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, deputado Luiz Fagundes Duarte, e ao deputado José Manuel Rodrigues, da mesma comissão.

À passagem da Estafeta foram promovidos dois Encontros Regionais sobre a temática da inclusão e cidadania, denominados ***Inclusão: Eu Penso!***, um em Évora, a 11 de Maio, e outro em Viseu, a 14 de Maio, estando ainda prevista a realização de mais três Encontros no decorrer deste ano, desta vez na Região de Lisboa, na Região Norte, e na Região do Algarve, em data a definir.

A subida da Estafeta à Torre, na Serra da Estrela, a 3 de Maio, foi marcada com o içar simbólico de uma bandeira contra a pobreza e a exclusão social às 16 horas, tendo este gesto sido replicado, à mesma hora, em muitas escolas do país onde funciona a medida PIEF.

A Estafeta foi acompanhada por uma tela de 400 metros onde, ao longo dos 37 dias desta iniciativa, mais de 3.500 cidadãos desenharam a sua mão, num gesto contra a pobreza e a exclusão.





A Estafeta foi fortemente acompanhada pela comunicação social nacional, regional e local, tendo ainda a sua passagem pelo país sido acompanhado por muitos no *Facebook*. Para além disso, foi criado um blogue específico para a divulgação dos seus momentos mais marcantes em http://estafetacontraaexclusao.blogspot.com. Não deixe de o consultar, e surpreenda-se com a dimensão desta iniciativa que envolveu em primeiro lugar as crianças e jovens de Portugal, nomeadamente os 2.100 alunos da Medida PIEF! □

Ecos

Manual de Qualidade da Resposta Social Acolhimento Familiar



Durante o mês de Abril, realizaram-se cinco acções de formação promovidas pela Unidade de Respostas Sociais, do Departamento de Desenvolvimento Social, subordinadas ao tema "Sistema de Gestão da Qualidade nas Respostas Sociais - Manual de Qualidade da Resposta Social Acolhimento Familiar", nas quais participaram os técnicos das Unidades de Respostas Sociais responsáveis pelo acompanhamento dos processos de acolhimento familiar nas áreas das crianças e jovens, pessoas adultas com deficiência ou incapacidade e pessoas idosas.

Esta acção visou proporcionar aos participantes uma melhor compreensão dos processos e metodologias sugeridos no Manual de Qualidade da Resposta Social Acolhimento Familiar.

Cláudia Silva
Unidade de Respostas Sociais
Departamento de Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.
claudia.f.silva@seg-social.pt

Projecto Ave Mais Solidário

No âmbito das comemorações do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social, a Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal em parceria com municípios da Região do Ave - Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela - promove a realização de dois fóruns inter-concelhios subordinados ao tema "Governança e Participação dos Diferentes Actores", e um conjunto de campanhas informativas.



Neste sentido, realizou-se a 22 de Maio, no Município de Fafe, a primeira campanha na Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Fafe.

Para passar a mensagem de que "Pobreza é ficar indiferente" foram feitas encenações com beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) que protagonizaram a peça de teatro "Um Mundo Cheio de Pessoas Coloridas".

Esta celebração foi considerada muito positiva, na medida em que serviu para desmistificar alguns preconceitos presentes na opinião pública sobre alguns grupos desfavorecidos associados a fenómenos de pobreza e exclusão social, designadamente sobre aqueles que beneficiam do RSI, apelando ao envolvimento da sociedade para a inclusão social dos mais vulneráveis. É importante que todos nos mobilizemos contra a pobreza, porque... "POBREZA É FICAR INDIFERENTE". E por isso "ESPALHEM A NOTÍCIA"!

Serviço Social
Câmara Municipal de Fafe
ssocial@cm-fafe.pt

Rede Telemática de Informação Comum

A Unidade de Respostas Sociais do Departamento de Desenvolvimento Social (DDS) realizou, no mês de Março, duas sessões de trabalho com os técnicos das Unidades de Desenvolvimento Social (UDS) responsáveis pelos Processos de Reclamações dos Estabelecimentos de Apoio Social sobre a Rede Telemática de Informação Comum (RTIC). Trata-se de uma plataforma electrónica de registo on-line, gerida pela Direcção Geral do Consumidor, destinada a todas as entidades reguladoras e/ou de controlo de mercado que gerem os processos de reclamação dos cidadãos enquadrados pelo Decreto Lei Nº 156/2005, de 15 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Lei Nº 371/2007, de 06 de Novembro. A entrada em produção na aplicação iniciou-se a 1 de Abril de 2010 e desde então todos os processos de reclamação são registados e monitorizados através desta ferramenta informática.

Cláudia Silva
Unidade de Respostas Sociais
Departamento de Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.
claudia.f.silva@seg-social.pt

iGOV.DOC "Inovação na Segurança Social"

Está disponível no Portal iGOV a edição "Inovação na Segurança Social", em formato iMagazine, que pretende ser um guia de referência sobre a modernização do sector da Segurança Social em Portugal, nomeadamente através da introdução contínua das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), que tem um lado muito visível de *front-office* e que veio mudar muita coisa ao nível do atendimento, tendo também permitido uma "revolução" a nível interno.



Esta edição proporciona uma experiência de leitura intuitiva, agradável e muito próxima da leitura em papel. Inclui funcionalidades como: "folhear" de páginas, índice visual, pesquisa, impressão e *download* da versão PDF.

Gabinete de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.

Aceda à Segurança Social Directa com o Cartão de Cidadão

Já pode fazer a autenticação no serviço Segurança Social Directa com o Cartão de Cidadão, em www.seg-social.pt.

Para ter acesso à Segurança Social Directa com o Cartão de Cidadão deve:

- Adquirir o leitor do Cartão de Cidadão;
- Instalar o software do Cartão de Cidadão no seu computador;
- Inserir o cartão no leitor e introduzir o PIN de autenticação.



Assim, entra directamente na área reservada da Segurança Social Directa, sem precisar de palavra-chave.

Para mais informações ligue 808 266 266, dias úteis, das 08h00 às 20h00, ou consulte o Guia Prático da Segurança Social Directa, em www.seg-social.pt

Gabinete de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.

Pagamento dos Subsídios Sociais por Transferência Bancária

Desde o dia 16 de Abril deste ano que o pagamento dos subsídios sociais por transferência bancária passou a ser realizado apenas para um único Número de Identificação Bancária (NIB), com excepção das Pensões e do Rendimento Social de Inserção.

Caso tenha NIB's diferentes associados a subsídios diferentes, deverá fazer a sua alteração, de modo a ficar com um único NIB activo no Sistema de Informação da Segurança Social. É nesse NIB que serão efectuados todos os pagamentos dos subsídios sociais por transferência bancária.

Pode efectuar a alteração do NIB através do serviço Segurança Social Directa - menu Serviços Disponíveis/ Alteração do NIB, em www.seg-social.pt.

Para mais informações ligue 808 266 266, dias úteis, das 08h00 às 20h00, ou consulte o Guia Prático - Alteração de Dados - Pessoa Singular, em www.seg-social.pt.

Gabinete de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.

Sites
Família

Alexandra César
Centro de Recursos em Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
alexandra.m.cesar@seg-social.pt



World Family Organization (EUA)
http://www.worldfamilyorganization.org/



Ministère de la Famille et de l'Intégration (Luxemburgo)
http://www.mfi.public.lu/index.html



World Organisation for Families (Canadá)
http://www.familis.org/index.php



State Secretary in the Federal Ministry of Economy, Family and Youth (Áustria)
http://www.bmwfj.gv.at/Familie/Familienpolitik/Seiten/default.aspx



Federation of Catholic Family Organizations in Europe (Bélgica)
http://fafce.org/cms/5.html?&L=1



Federal Ministry of Family Affairs, Senior Citizens, Women and Youth (Alemanha)
http://www.bmfsfj.de/



Ministerio de Sanidad y Política Social - Famílias e infancias (Espanha)
http://www.msc.es/politicaSocial/familiasInfancia/home.htm



Services for Families and Children (Canadá)
http://www.servicecanada.gc.ca/eng/audiences/families/index.shtml



Ministère du Travail, de la Solidarité et de la Fonction Publique - Famille (França)
http://www.travailsolidarite.gouv.fr/espaces,770/famille,774/



Department of Social Protection - Birth, Children and Families (Irlanda)
http://www.welfare.ie/EN/Schemes/BirthChildrenAndFamilies/Pages/default.aspx

Bibliografia Temática

Pobreza e Exclusão Social

Alexandra César
Centro de Recursos em Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
alexandra.m.cesar@seg-social.pt

AGUILAR IDÁÑEZ, Maria José ; ANDER-EGG, Ezequiel, co-aut - *Diagnóstico Social : Conceitos e Metodologias*. 3.ª ed., rev. e ampliada. Porto : Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal, 2008. 93 p. ; 24 cm. (Cadernos REAPN ; 12). Tít. orig. : Diagnóstico Social : Conceptos y Metodología. ISBN 978-989-95487-8-7.

BASTOS, Amélia, co-aut - *Um Olhar Sobre a Pobreza Infantil : Análise das Condições de Vida das Crianças*. Coimbra : Almedina, 2008. VIII, 138 p ; 23 cm. (Económicas. 2.ª série ; 7). ISBN 978-972-40-3377-8.

BIHR, Alain ; PFEFFERKORN, Roland, co-aut - *Le Système des Inégalités*. Paris : La Découverte, cop. 2008. 122, [6] p ; 18 cm. (Repères. Sociologie ; 511). ISBN 978-2-7071-5220-6.

BURCHARDT, Tania - *Time and Income Poverty [Texto policopiado]*. London : Centre for Analysis of Social Exclusion, 2008. 101 p ; 30 cm. (CASE report ; 57).

CALEIRAS, Jorge - *Pontes Rumo à Inclusão : Articulação das Estratégias de Emprego e de Inclusão em Portugal*. Rediteia. - Porto. - N.º 42 (Jul./Dez. 2008), p. 17-19.

Desigualdades, Desregulação e Riscos nas Sociedades Contemporâneas. Porto : Afrontamento, 2008. 290 p ; 24 cm. (Biblioteca das Ciências Sociais. Sociologia, Epistemologia ; 64). ISBN 978-972-36-0965-3.

DIOGO, Fernando Jorge Afonso - *Pobreza, Trabalho, Identidade*. Lisboa : Celta, 2007. VIII, 226 p ; 24 cm. ISBN 978-972-774-247-9.

ESTIVILL, Jordi ; AIRES, Sérgio, co-aut - *De Lisboa 2000 a Lisboa 2007 : Regresso ao Futuro*. Porto : Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal, 2007. 88, [4], 84 p., pag. converg ; 24 cm. Edição bilingue em português e inglês. ISBN 978-989-95487-1-8.

ESTIVILL, Jordi ; CALEIRAS, Jorge, co-aut - *Bridges for Inclusion : a Articulação das Estratégias de Emprego e Inclusão Social*. Porto : Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal, 2008. 118 p. ; 24 cm. (Cadernos REAPN ; 14). ISBN 978-989-95487-9-4.

Estratégia Nacional Para a Protecção Social e Inclusão Social, 2008-2010. Lisboa : ISS, [2009]. 390 p ; 30 cm. Edição bilingue em português e inglês.

EU-India Joint Seminar on Employment and Social Policy, 2, Lisbon, 2007 - *Social Security and Social Protection, Key Tools for Responsible and Sustainable Growth and Development [Documento electrónico]*. [Brussels : DGESAEO, 2008]. 1 disco óptico (CD-ROM) : color. ; 12 cm. Título retirado do ecrã de abertura. Texto. Requisitos do sistema : Adobe Acrobat Reader ; Microsoft Word

European Seminar on Child Well-Being Indicators, Florence, 2009 -*The On-Going Debate on the Assessment of Children's Conditions of life : the Proccedings*. Florence : ChildONEurope, 2009. 96, [1] p. ; 30 cm. (ChildONEurope ; 2). ISBN 978-88-6374-011-0.

HUGHES, Barry, 1945, co-aut - *Reducing Global Poverty* . Boulder, CO ; London : Paradigm, cop. 2009- . vol : il ; 28 cm. Vol. 1 : *Patterns of Potential Human Progress*. - XVII, [1], 334 p. ISBN 978-1-59451-640-5.

Indicadores Sobre a Pobreza [Texto policopiado] : Portugal e União Europeia. Porto : REAPN/Portugal, 2009. 20 p ; 30 cm.

Inquérito Eurobarómetro Sobre Pobreza e Exclusão Social 2009. Luxemburgo : Serviço das Publicações da União Europeia, 2009. 8 p. ; 30 cm ISBN 978-92-79-13681-8.

LOPES, Daniel Seabra, 1970 - *Deriva cigana : Um Estudo Etnográfico Sobre os Ciganos de Lisboa*. Lisboa : Imprensa de Ciências Sociais, 2008. 410 p ; 23 cm. Bibliografia : p. 379-393. Glossário : p. 395-398. ISBN 978-972-671-216-9.

MACHADO, Fernando Luís ; SILVA, Alexandre, co-aut - *Quantos Caminhos Há no Mundo? : Transições Para a Vida Adulta num Bairro Social*. Cascais : Princípia, 2009. 134, [2] p ; 24 cm. ISBN 978-989-8131-53-9.

MCNEILL, Desmond ; ST. CLAIR, Asuncion, co-aut - *Global Poverty, Ethics and Human Rights : the Role of Multilateral Organisations*. London ; New York : Routledge, cop. 2009. XI, 186, [1] p ; 24 cm. (Rethinking globalizations ; 19). ISBN 0-415-44594-9. ISBN 978-0-415-44594-8.

NUNES, Francisco, co-aut - *Género e Pobreza : Impacto e Determinantes da Pobreza no Feminino*. Lisboa : Comissão para a Igualdade de Género, 2008. 169, [2] p. ; 24 cm. (Estudos de Género ; 4). ISBN 978-972-597-305-9.

Bibliografia Temática

Organização Internacional do Trabalho. Programa STEP - *Protecção Social e Inclusão [Texto policopiado] : Experiências e Políticas*. Genebra : Bureau Internacional do Trabalho. STEP/Portugal, 2009. X, 237 p : il ; 30 cm. ISBN 978-92-2-819195-0. ISBN 978-92-2-819196-7 (PDF)

PAIVA, Júlio - *Combate à Pobreza : Ano Europeu*. Rediteia. Porto. - N.º 43 (Jan./Jun. 2009), p. 54-56.

PAIVA, Júlio - *Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza*. Rediteia. - Porto. - N.º 41 (Jan./Jun. 2008), p. 63-65.

PAIVA, Júlio ; DEMÉE, Cecília, co-aut - *7.º Encontro Europeu das Pessoas em Situação de Pobreza e-ou Exclusão Social*. Pretextos. ISSN 0874-9698. - N.º 31 (Set. 2008), p. 27.

PORTUGAL. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - *Portugal : Trabalho e Solidariedade : Uma Visão de Conjunto*. Lisboa : MTSS, 2007. 191 p ; 25 cm. Edição trilingue em português, inglês e francês. ISBN 978-972-99746-5-6.

QUATERNAIRE PORTUGAL ; ARAÚJO, Sandra, ed. lit - *Nas Margens do Tâmega : Mercado de Trabalho, Pobreza e Exclusão : Interacções e Intervenção*. Porto : Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal, 2008. 184 p : il ; 24 cm. (Cadernos REAPN ; 13). ISBN 978-989-95487-7-0.

Redes Sociais : Experiências, Políticas e Perspectivas. Ribeirão : Húmus, cop. 2008. 172, [2] p ; 24 cm. (Debater o social ; 2). ISBN 978-989-8139-13-9.

RODRIGUES, Carlos Alberto Farinha - *Distribuição do Rendimento, Desigualdade e Pobreza : Portugal nos Anos 90*. Coimbra : Almedina, 2007. 362 p ; 23 cm. (Económicas. 2.ª série ; 5). ISBN 978-972-40-2897-2.

SILVA, Luísa Ferreira da - *Modernidade e Desigualdades Sociais*. Lisboa : Universidade Aberta, 2008. 199, [1] p ; 30 cm. (Universidade Aberta. Textos de base ; 308). ISBN 978-972-674-553-2.

SOUSA, Liliana, co-aut - *Famílias Pobres : Desafios à Intervenção Social*. Lisboa : Climepsi, 2007. 128 p : il ; 23 cm. (Sistemas, Famílias e Terapias ; 11). ISBN 978-972-796-267-9.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão. Direcção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades - *Manual Para a Integração da Dimensão da Igualdade de Género nas Políticas de Emprego*. Lisboa : Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2008. 39, [1] p ; 21 cm. (Trilhos da Igualdade ; 2). ISBN 978-972-597-307-3.

SEGURANÇA SOCIAL
808 266 266 › WWW.SEG-SOCIAL.PT

AGORA
JÁ NÃO PRECISA DE IR À SEGURANÇA SOCIAL PARA SER ATENDIDO

Ligue 808 266 266, dias úteis das 08h00 às 20h00
ou envie um e-mail em www.seg-social.pt

A distância mais curta para a Segurança Social

Segurança Social Directa

Aceda em

www.seg-social.pt

A forma mais rápida das Empresas e dos Cidadãos se relacionarem com a Segurança Social

Segurança Social
agora e sempre



SEGURANÇA SOCIAL

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.